

EDITORIAL

A avaliação de artigos pelos pares traz, pelo menos, duas importantes contribuições ao campo acadêmico. Por um lado, o diálogo e o debate estabelecidos no processo de avaliação permitem, no confronto de ideias, pontos-de-vista e reflexões entre avaliadores e autores, o inequívoco aprimoramento do trabalho examinado. Ao criticar, apontar lacunas ao longo da pesquisa e sugerir alterações relevantes, os avaliadores iniciam uma conversa franca e legítima, porquanto anônima, com seus pares, tendo como prerrogativa o incremento da qualidade das discussões em torno de determinado tema. Por outro lado, a circulação de informações acerca de novas pesquisas realizadas pode, antes mesmo de sua publicação, fortalecer as interconexões entre diferentes abordagens do objeto estudado, caso os avaliadores lancem mão de sua experiência para contrapor ou reforçar as bases conceituais dos diversos artigos avaliados.

Quanto a isso, recente pesquisa internacional feita pelo Publishing Research Consortium (2008), intitulada “Peer review in scholarly journals: Perspective of the scholarly community – an international study”, buscou olhar detidamente a experiência e a percepção de 3.040 respondentes, definidos entre autores, avaliadores e editores de periódicos, com relação às suas atitudes e comportamentos quanto ao processo de avaliação de artigos submetidos. Entre outras constatações, observou-se que, para a maioria dos entrevistados, a revisão pelos pares é extremamente necessária, auxiliando tanto na comunicação dos estudos quanto no controle do que é publicado. Além disso, a revisão auxilia sobremaneira na melhoria da qualidade dos artigos, uma vez que identifica erros e torna a linguagem e a apresentação mais adequadas. Quanto à forma de avaliação, a duplo-cega é considerada a mais adequada, objetiva, justa e efetiva, pois, além de melhorar o processo de avaliação, ainda garante que seja mais isento, uma vez que o avaliador não precisa declinar sua identidade. Entretanto, os respondentes alertaram para o fato de a avaliação duplo-cega ser bastante difícil de operacionalizar. Isso porque algumas dicas dentro do texto avaliado podem revelar a autoria do artigo. Além disso, o tempo para a realização dos pareceres pode dificultar a celeridade do processo de avaliação e a resposta aos autores.

Identificando essas questões e reconhecendo os desafios a serem enfrentados, a *RAE—revista de administração de*

empresas convida os seus avaliadores a manter sua valiosa contribuição a esta revista, estimulando-os a continuar estabelecendo, com sua autoridade e autonomia, diálogos incisivos, contundentes e qualificados, no constante processo de aperfeiçoamento das pesquisas brasileiras no campo da Administração.

Fruto dessa parceria, nesta edição da *RAE*, os autores Fernanda Finotti Perobelli, Alexandre Zanini e Aline Barreto dos Santos avaliam como a política de distribuição de resultados pode interferir no preço das ações de empresas, a partir dos mapas auto-organizáveis de Kohen. Valeriana Cunha e Ronaldo Zwicker analisam como o fluxo e a troca de informações em uma cadeia de suprimentos interferem no desempenho e no relacionamento entre as empresas. Luiz Carlos Honório procura identificar os determinantes organizacionais e estratégicos que influenciam a internacionalização de empresas brasileiras. Ainda, Jader C. Souza-Silva reflete sobre alguns condicionantes ao surgimento de comunidades de prática em organizações. Wesley Mendes-da-Silva, José Mauro Ferraz Andrade, Rubens Famá e Jorge Arnaldo Maluf Filho examinam as características das empresas que divulgam informações corporativas financeiras e de governança em seu website. Avaliando os temas de criação de valor e sinergia operacional, Marcos Antônio de Camargos e Francisco Vidal Barbosa analisam o processo de fusões e aquisições em empresas brasileiras. Em estudo empírico, Luiz Cláudio Junqueira Henrique e Ricardo Rodrigues Barbosa investigam o papel das informações no processo de decisão de investimento em inovação de produtos. Esta edição conta ainda com uma pensata, de Evelyn M. B. Baptista, que trata das possíveis consequências ético-legais da adoção da nova lei contábil nº 11.638, uma resenha sobre as teorias motivacionais, realizada por Christiane Kleinübing Godói, além de duas indicações bibliográficas, que tratam do novo mundo do trabalho e da comunicação organizacional, sugeridas por Arnaldo José França Mazzei Nogueira e Izidoro Blikstein, respectivamente.

Boa leitura!

Flávio Carvalho de Vasconcelos